

GT - Sobre Periferias: Novos conflitos no espaço público

Título: Práticas sociais e culturais: Novas Tessituras?

Cibele Saliba Rizek¹

¹ Professora adjunta do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos/ USP e pesquisadora do CNPq; professora colaboradora do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – FFLCH – USP

1- Introdução

Esse texto busca sistematizar um conjunto ainda incipiente de indagações que deram origem a um projeto de pesquisa recém aprovado. Tais indagações terão curso e talvez aprofundamentos e novas circunscrições a partir de novas incursões em campo ainda bastante incipientes. Entretanto, a partir de realização de pesquisa de campo sobre a inserção urbana e as formas do trabalho precário, desenvolvida nos últimos anos, bem como o acompanhamento de outras pesquisas de campo que esse conjunto de inserções, indagações e observações em pelo menos três situações distintas puderam ser formuladas. Elas tem origem portanto na construção de um mosaico sobre condições de trabalho e de pobreza urbana em Cidade Tiradentes, Itaim Paulista/Vila Curuçá e em territórios um tanto mais dispersos pelos bairros centrais da cidade, onde se encontra grande concentração de trabalhadores imigrantes, documentados e indocumentados, em oficinas de costura. Daí nasceram questões, indagações, achados que reconfiguraram algumas das dimensões conceituais que nortearam a elaboração inicial das questões relativas a um conjunto de novos processos que acabei por denominar mais ou menos à luz de um vocabulário bastante circunscrito aos pesquisadores do CENEDIC de “nova gestão da pobreza”². O presente texto se articula, de certa forma, como continuidade de indagações que perpassam as constatações de que nem a pobreza urbana paulistana nem seus territórios mais característicos obedecem a parâmetros anteriores de descrição e de análise, exigindo reformulações demandadas por mutações provenientes sobretudo de dimensões que se configuraram a partir do trabalho de campo realizado entre 2009 e 2010. Nas incursões em campo, na presença e observação mais ou menos constante e intensa no interior desses territórios, ganhou relevância e significação o campo da produção e da gestão de projetos culturais, ainda que não apenas no que diz respeito propriamente às práticas culturais das periferias das grandes cidades, mas às diversas relações, imbricamentos, acoplamentos e tangências que a questão da gestão dos territórios da precariedade parece apresentar com as

² Desse ponto de vista, a conformação dessa nova gestão da pobreza – expressão cunhada ao longo de um conjunto de projetos de pesquisa bem como de seminários e interlocuções internas e externas ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – aparece aqui mais como pergunta do que como afirmação taxativa. Tais práticas de gestão ou administração, vistas normalmente no interior desse vocabulário como o avesso da política ou como administração e racionalização da vida sob a égide de um processo de dominação naturalizado e bem sucedido pode ser encontrado em publicações tais como *Hegemonia às Avessas – Boitempo São Paulo 2009* e *A Era da Indeterminação, Boitempo São Paulo 2006*.

práticas e discursos da inclusão/inserção por meio dessas atividades que envolvem frequentemente as artes e as práticas da cultura. A questão que acabou se constituindo então diz respeito à gestão da vida, da sobrevivência e das expressões culturais que passariam a configurar um novo modo de pensar e gerir a pobreza e seus territórios, na perspectiva da inserção, inclusão, “auto-estima”, antídoto e afastamento da violência e das drogas etc, das estratégias e políticas denominadas como “de juventude”. Ao lado da militarização silenciosa ou manifesta da gestão e dos territórios da cidade³, essa parece ser uma inovação importante cujos sentidos é preciso indagar, já que é possível que, por meio desses projetos e dessa forma de gestão, sejam enredados públicos-alvo e agentes, trabalho associado e trabalho artístico como sujeitos e objetos de um mesmo processo de captura, de elisão da potencialidade do conflito⁴. Cabe ressaltar sobretudo que a ênfase na produção e gestão da cultura parece se configurar como estratégia de negócios, como uma das facetas de um empreendedorismo social que parece ser o grande mote de uma feição hegemônica e consensual que perpassa discursos e práticas, que atravessa as dimensões de programas e cursos e se instala nos fóruns populares e em suas parcerias com instituições empresarias, associações e organizações sociais. É possível, então, que a gestão da pobreza⁵ - vista tanto como mitigação, quanto como administração e acomodação, seja hoje efetivada, entre outras formas, por meio de sua culturalização realizada por meio de empresariamentos crescentemente naturalizados e transformados em virtude solidária⁶. Essa parece ser uma

³ A instalação das UPPs nas favelas cariocas parecem ser a expressão mais evidente dessa militarização. Entretanto cabe salientar o caso mais silencioso mas não menos importante da última gestão da cidade de São Paulo, que tem à frente a administração G. Kassab. Nessa cidade, das 31 sub prefeituras, 14 estão ocupadas por coronéis da polícia militar. O prefeito ainda vem delegando funções de fiscalização urbana a policiais militares que recebem até um teto determinado de horas extras mensais diretamente da prefeitura. Ver a esse respeito matéria publicada na Folha de São Paulo no dia 1 de novembro de 2010, intitulada Militar vira “faz tudo” na administração Kassab. Cabe ainda ressaltar que o prefeito, recentemente aumentou os valores pagos aos 3 100 policiais militares que participam da operação Bico Legal que se dedica à “fiscalização” das práticas do comércio de rua na cidade de São Paulo. Recentemente o prefeito promoveu também uma dança das cadeiras entre as subprefeituras da cidade. Ver matéria publicada pelo jornal A Folha de São Paulo em 26 de julho de 2011.

⁴ Talvez seja possível aqui retomar sugestão de A. Roy e N. Alsayyad sobre um conjunto de transformações que incidem concomitantemente sobre o Estado, os territórios da cidade constituídos a partir de intervenções urbanas estilhaçadas e dimensões subjetivas impactadas por processos recentes de intervenção. Ver entre outros, *Modernidade Medieval, Cidadania e Urbanismo na Era global*, Novos Estudos Cebrap, 85.

⁵ O que chamo aqui de “gestão da pobreza” diz respeito a um vocabulário utilizado nos textos dos pesquisadores da Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania, em especial em *A Era da Indeterminação* (Oliveira, F e Rizek, C. orgs) e em *Hegemonia às Avessas* (Oliveira, F. Braga, R. e Rizek, C. S. orgs), ambos publicados pela Boitempo, respectivamente em 2006 e em 2010.

⁶ Há aqui um conjunto de novos procedimentos que se converteram no mais recente achado de pesquisa a partir de uma das incursões em campo. Trata-se de captação de recursos por meio de investimentos culturais – por meio da lei Rouanet- para sua aplicação em programas e de equipamentos de saúde pública devidamente terceirizados por Organizações Sociais por toda a Zona Leste da Cidade de São Paulo. Esclarece-se assim porque a mesma OS investe em práticas e atividades culturais, inclusive a Virada Cultural e o Festival de Inverno de Campos de Jordão, bem como na terceirização e gestão de

das faces de um certo “lado B” da cultura do dinheiro⁷, cuja implementação parece se completar com bastante eficácia. A cultura como negócio teria então, como contrapartida, a cultura como empreendimento e investimento popular, que se dissemina entre os territórios periféricos e pelas “comunidades” das metrópoles brasileiras.

Desse modo busca-se ao mesmo tempo dar continuidade e modular as interrogações relativas às injunções e disjunções das relações entre cidade e pobreza, de resto bastante modificadas pelos últimos processos de reestruturação do mercado de trabalho, expansão do consumo, dispositivos de políticas públicas de cunho social, bem como pela reconfiguração das tessituras associativas, passíveis de serem pensadas como uma das saídas colocadas para a população pobre das metrópoles brasileiras⁸. Assim por meio de programas, políticas, mediações entre tais programas e políticas e suas formas de implementação talvez seja possível construir um gradiente de situações que se articulam em mosaico, conforme o ângulo de observação e que ora se em situações urbanas que podem ser consideradas como situações-limite – como a situação do chamado circuito do lixo (centrais de reciclagem, núcleos de reciclagem, catadores) ou como a situação do trabalho precário conformado como trabalho supostamente associado no extremo leste da cidade de São Paulo⁹ ou ainda, como a situação de trabalho de bolivianos do setor têxtil, também na cidade de São Paulo¹⁰. Por outro lado, essas relações se caracterizam por um conjunto de visibilidades e invisibilidades, ambigüidades e dimensões nebulosas nas relações entre cidade e trabalho, cidade e condições de vida, entre as dimensões de reconfiguração de um social revestido de práticas identitárias assimiladas à produção cultural, acusando um conjunto de transformações o que talvez se possa antever como um novo contorno da chamada questão social, crescentemente culturalizada. Esse mesmo contorno parece estar se desenhando por meio de um conjunto diversificado de programas que puseram em cena atores e práticas (fundações empresariais, ongs, OSs, novas formas de empresariamento e empreendedorismo cultural, vinculadas ou não às dimensões da responsabilidade social das empresas). Por outro lado, esses processos deslançaram, em escala crescente, um novo

hospitais, postos e programas de saúde pública em uma espécie de “operação casada” bastante inédita no âmbito da cidade de São Paulo.

⁷ Esse é o título do livro de F. Jameson – **A cultura do dinheiro – ensaios sobre a globalização**. Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

⁸ Ver a esse respeito o texto *Perspectivas* de R. Cabanes em *Saídas de Emergência – Ganhar/Perder a Vida na Periferia de São Paulo*. Cabanes, R. Rizek, C. S. Georges, I. e Telles, V. S. (orgs) Boitempo, São Paulo, 2011.

⁹ Ver de Georges, I. e Rizek, C. S. *A periferia dos direitos*, ANPOCS, 2008 (mimeo)

¹⁰ Ver Rizek C. S. Georges, I. e Freire, C. *Trabalho e Imigração – Uma comparação Brasil/Argentina – Lua Nova 79*.

acoplamento entre a questão social (condições precárias de vida e de trabalho, pobreza urbana, situações periféricas identificadas com moradias precárias que se fazem acompanhar de acesso nem sempre fácil aos serviços urbanos) e a proposição de políticas culturais financiadas em geral pelos mesmos atores empresariais e pelo Estado. Essas práticas porém cuja marca empresarial e/ou estatal é indiscutível, muitas vezes se espraia e coloniza associações que tiveram origem em movimentos sociais, em suas reivindicações e/ou em demandas populares. Esse acoplamento em curso, parece estar sendo alvo de um processo de naturalização, especialmente porque traz como invólucro a marca da solidariedade e do combate à pobreza. Tudo indica, então, que se desenha mais uma porosidade, mais uma zona cinza desta vez entre práticas e proposições culturais e gestão social. É essa indiferenciação que se tornou o objeto de novas indagações de pesquisa. Trata-se assim da tangência entre a gestão do social e as proposições e os modos de gestão da produção cultural e artística, mais do que de uma discussão delimitada a um ou outro campo – isto é à questão da cidade configurada como questão social e/ou como um conjunto de territórios demarcados e redesenhados por programas e práticas culturais e artísticas.

Assim, elabora-se aqui a sugestão de que as situações de pobreza urbana devidamente transformadas em públicos-alvo de políticas sociais e culturais apontam para um modo novo de configuração da questão e da gestão da vida e da vida urbana, na perspectiva da acomodação, do apaziguamento e da pacificação, na chave de um conjunto de processos que apontam quer para uma mitigação das formas precárias de inserção no mercado de trabalho e na cidade, quer para uma acomodação e elisão da possibilidade do conflito por meio de formação de subjetividades que são alvos de processos de racionalização e administração da vida, em arranjos que situam ora lado a lado, ora por meio de um conjunto pouco claro de imbricações dimensões de acomodação e negociação entre investimentos empresariais, práticas oriundas das organizações religiosas, elas também não raro atuando de modo empresarial, na chave da eficiência do empreendedorismo social, presente no horizonte e na vida da cidade, bem como nas práticas culturais que ancoram a visão ideologizada dos protagonismos atribuídos e/ou produzidos como atributos naturalizados dessas populações.

2- Práticas culturais e questão social: ainda zonas de indiferenciação?

Se o horizonte dessas indagações diz respeito a uma indiferenciação crescente entre trabalho social, políticas sociais de assistência e combate à pobreza e ações culturais de inúmeros tipos e formas, moduladas segundo agências de financiamento e atores, a noção de zonas de indiferenciação e de sua complicada descrição se ancora em um conjunto de debates recentes sobre as questões da cidade, das “classes populares” ou de seus territórios, em que toda uma gama complexa de elementos têm resistido às formas fáceis de enunciação e análise, já que se caracterizam por um caráter nebuloso, fortemente distante dos referenciais clássicos pelos quais foram descritas e analisadas as experiências então vistas como experiências de classe que conformavam os territórios populares.

É possível assim, como em alguns trabalhos notáveis, recorrer às noções de porosidade e liminaridade, ou de zonas cinzentas, ou mesmo de indeterminação que perpassam autores, temas, tentativas de compreensão. Gostaria, nesse texto de marcar que a noção de indiferenciação aqui esboçada se refere a esse conjunto mais ou menos recente de transformações, em que se embaralham a experiência do trabalho para além do trabalho fabril e da cidade, para além das referências dualizadas como centro e periferia, presença ou ausência do Estado, lugar de trabalho e lugar de moradia, se embaralharam. Assim também se confundem práticas culturais transformadas em políticas sociais de combate à pobreza e vice-versa. Interessa sobretudo destacar que essas novas experiências também marcam diferenças geracionais que por assim dizer, apontam para mudanças dos tempos sociais. Nesse terreno de zonas cinzentas ou nebulosas, algumas redefinições parecem ganhar densidade. Uma delas é a que permite perceber que a experiência do trabalho e de sua precarização ou encolhimento formal, a experiência do que Oliveira chamaria de “trabalho sem forma” ganha contornos na experiência da cidade¹¹ talvez pela inserção em territórios também eles, como diria Oliveira “faltos de forma”, genéricos, indiferenciados, mas crescentemente marcados por fluxos de produção e circulação de riqueza, ainda que esses

¹¹ Ver a esse respeito, *Crítica à Razão Dualista/Ornitórrinco*, São Paulo, Boitempo, 2003. Também é preciso mencionar que algumas dessas idéias reaparecem discutidas em novas chaves em V. S. Telles *Mutações do trabalho e experiência urbana* Tempo social, julho de 2006

fluxos sejam elementos dessa mesma indiferenciação.¹² Isso quer dizer que a noção de indiferenciação reconhece a forte persistência de desigualdades e de seu desenho na cidade, ainda que aponte para mutações e modulações resultantes dos processos contemporâneos que parecem borrar seus limites e alterar suas conformações, reconfigurando a experiência social e individual bem como seus lugares. Outra referência mais recente, também pode oferecer pistas para a leitura desses processos. Trata-se da idéia de dobra, utilizada por exemplo por Telles e Hirata para pensar as relações entre legalidades e ilegalismos, nas formas contemporâneas de sociabilidade, em especial, mas não só nos territórios da pobreza. A idéia de dobra¹³ talvez seja uma metáfora que permita uma descrição melhor do que se quer apreender. Nessa imagem – a da dobradura – parece não haver fronteira, mas imbricamentos sem avessos ou lados que dão forma ao que os velhos parâmetros descritivos não permitem mais entrever. Talvez se possa ainda aqui perceber que esses imbricamentos permitem perceber tramas e tessituras que enredam formas mercantis e empresariais com elementos que perpassam agências e instâncias do Estado ou de práticas passíveis de serem classificadas como pertinentes às esferas da política. Talvez se possa reconhecer esses imbricamentos e negociações na categoria de “mercadoria política”, tal como em M. Misse, ou ainda no recurso que esse mesmo autor ao utilizar o título de “ligações perigosas” para um de seus textos.

Aqui também talvez seja preciso observar que algo dessas zonas cinzentas, mais do que na idéia de liminaridades ou porosidades, aparece na idéia de cidade genérica¹⁴ ou mesmo das várias dimensões que apontam para processos de fragmentação urbana¹⁵, na chave de leitura que apontaria para o esgotamento da operação das velhas determinações que dariam

12 A idéia é fartamente utilizada em Telles, V.S. e Cabanes, T. *Nas Tramas da Cidade*, Humanitas, SãoPaulo, 2005, mas é possível rastrear algumas de suas inspirações em autores como G. Agamben, em *Estado de Exceção* por exemplo. A idéia de uma zona nebulosa ou cinzenta de indiferenciação entre regra e exceção, pode ser uma das inspirações dessa noção. Outra dimensão possível para a idéia de indiferenciação tal como aparece nesse texto é a noção de indeterminação, também utilizada de modo bastante livre no âmbito da discussão que ora se apresenta.

13 Cf. Telles, V. S. *Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade*. In *Dilemas*, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, IFCS-UFRJ

14 Ver por exemplo R. Koolhaas, *La ciudad genérica*, Gustavo Gilli, Barcelona, 2007

15 Aqui cabe mencionar a imagem de um urbanismo aos estilhaços que separa o fazer viver do deixar morrer em enclaves. A idéia de enclave vem sendo fortemente questionada pela literatura recente sobre as formas contemporâneas de segregação, mas a imagem dos estilhaços que incide sobre a cidade vista e vivida como totalidade permite apreender algo da desigualdade positivizada que vem se produzindo e reproduzindo na escala urbana. Ver a esse respeito Alsayyad, N. e Roy, A. . op. cit.

ao espaço funções claramente definidas: o espaço da produção, o espaço da reprodução – entre os quais os espaços da moradia que conformavam territórios e territorialidades passíveis de serem claramente identificadas como bairros operários, por exemplo.

Vislumbram-se essas conformações em trabalhos recentes – como o *Viver em risco* de Lucio Kowarick, ou como territórios em que moradia e trabalho se entrelaçam quase necessariamente em fluxos de produção e circulação de mercadorias eles também localizados em zonas indiferenciadas ou em dobras entre legalidades e ilegalismos, como por exemplo em alguns dos textos que compõem dois livros que resultam da sistematização de um longo percurso de pesquisa¹⁶ como *São Paulo La ville d'en bas*, ou mesmo na idéia de dobra entre o legal e o ilegal, em artigos de Vera Telles. Também é preciso apontar que esses trabalhos, não por acaso, resultam de processos etnográficos de pesquisa e de um conjunto denso e às vezes bastante intrincado de formas descritivas.

De qualquer modo, sempre é possível perguntar como ler novos e velhos vínculos entre cidade, seus territórios, suas formas de segregação e estratificação, as formas de inserção quer pelos fluxos de produção e circulação de riqueza quer, supostamente, por meio de práticas culturais; entre cidades e esse conjunto de transformações, torções, tensões que parecem articular de outro modo velhas binaridades em muitos dos campos de investigação social. Desse ponto de vista, também é sempre possível perguntar como se estruturam novas e velhas determinações, bem como indagar como é possível flagrar esses processos que combinam de modo inusitado velhas e novas relações entre propostas de inclusão social e cultural e todo um outro conjunto de dimensões como as identificadas como dimensões associativas, ou como dimensões provenientes de um campo sócio assistencial, apenas para citar alguns exemplos.

Essas questões que se pode denominar de tessituras ou tramas urbanas¹⁷, só puderam ser apreendidas por um conjunto de incursões a campo de cunho rigorosamente etnográfico.

¹⁶ Cabanes, R. e Georges, I – São Paulo – La ville dén bas –L'Harmattan, 2009. Ver adaptação e tradução em Saídas de Emergência – Ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo, Boitempo, São Paulo 2011. Ver também L. Kowarick *Viver em Risco*. São Paulo, Editora 34, São Paulo, 2009. Ver ainda Telles, V. S. *A Cidade nas fronteiras do legal e ilegal* – Argantum Belo Horizonte, 2010.

¹⁷ Ver *Nas Tramas da Cidade* – Telles, V. S. e Cabanes, R. Humanitas São Paulo, 2006

Desse ponto de vista, trata-se de um modo de apreensão e de descrição de transformações em curso, que revela âmbitos que se transformam em verdadeiros desafios para as dimensões teóricas e conceituais mais clássicas que, de algum modo, também explicavam, resumiam e analisavam situações sociais, bem como vínculos e determinações que permeavam as relações entre espaço e territórios urbanos e os processos de trabalho e de produção bem como o modo como essas condições se representavam ideológica e culturalmente, como eram elaboradas ou, ao contrário, opacizadas e enevoadas por meio da elaboração e produção cultural.

Esses elementos colocam em tela algumas questões que poderiam ser formuladas nos termos que se seguem: como pensar as relações complexas entre territórios urbanos e pobreza que ancoram crescentemente a indistinção entre práticas culturais e trabalho social, cada vez mais entrelaçados em programas sociais e culturais de combate “à exclusão”, propondo novas formas de “inserção” e/ou “inclusão” social?

A ancoragem nas questões que estruturam as desigualdades urbanas, ainda que revestidas de índices crescentes de consumo e de renda, permite que se postulem, por um lado, os programas de distribuição, geração de emprego e renda como eixo de um conjunto de políticas sociais. Por outro lado, permite também que as práticas e ações culturais se desenhem como alternativa ou como complemento de um processo de educação formal para e pelo trabalho, como “alternativa cultural e culturalizada” ao emprego, como “micro entretenimentos” que organizam visivelmente parte do cotidiano desses territórios, como mais uma indistinção ou como dobra entre ação social, inserção e inclusão e pura gestão e acomodação de uma pobreza investida por novos patamares de consumo e integração financeirizada, sem que as dimensões da desigualdade possam ser descortinadas ou vislumbradas.

O que se esconde e se revela nesses territórios que chamamos de “mundo da moradia” ou de bairros populares, para além de um conjunto de processos produtivos mais ou menos visíveis? Quais as formas e relações entre esses territórios – periferias, favelas permeadas por programas e associações – e os programas de políticas culturais que envolvem

parcerias, associações, verbas públicas em novas tramas onde possivelmente as dimensões da elaboração e do consumo cultural substituem ou complementam formas de inserção produtiva? Como se combinam e se articulam em um mesmo território essas práticas e aquelas marcadas pelas “mobilidades laterais”¹⁸ entre legalidades e ilegalidades?

Talvez a dimensão mais importante desse texto diga respeito a uma invisibilidade que atravessa tanto territórios quanto relações de trabalho e formas associativas, apontando para uma elipse das formas clássicas que relacionavam o “mundo da moradia” e o “mundo do trabalho” e as várias práticas e programas culturais. Quais formas e relações podem ser identificadas a partir da pergunta sobre processos de estruturação de vidas, circuitos e territórios bem como suas representações, enunciações, formulações por meio das proposições e práticas culturais?

3- Dimensões de um campo de investigação

Situação 1

“Vocês sabem que lá na Associação SD tem um monte de atividades. Precisa ir lá. Ah ... você faz dança lá né? É muito bom, muito bom mesmo. Tem um monte de coisa lá. E você (dirigindo-se a outra jovem) vai fazer curso de manicure lá? ‘É muito bom mesmo! Tem criança, jovem, dona de casa. Tem atividade e tem coisa pra todos”

Fala de uma agente do Programa de Saúde da Família sobre uma associação atuante no bairro – novembro de 2010, durante visita de cadastramento de uma família recém chegada a Cidade Tiradentes.

Situação 2

“Levei a menina pra ter aula de Balé lá no CEU. Todos os meus filhos tem atividade lá. É muito importante. O único que não tem é o que tem problema de genética. Esse tem que fazer tratamento no Hospital das Clínicas e é muito difícil por causa da condução e das dificuldades” Fala de um morador de Guaianases (mais ou menos há 30 km do centro de São Paulo) que trabalha com um núcleo de reciclagem.

Situação 3

¹⁸ A expressão é de Vera Telles – Ver Nas dobras do legal e do ilegal, op. cit.

“ ... ‘Pensei que o prefeito não viesse. Senti orgulho por fazer parte do projeto e por termos trazido ele aqui.’ O coordenador da ONG G. K. confirma: ‘o pessoal não achava que fossemos trazer o prefeito aqui. Nenhum prefeito nunca havia entrado no Morro e com o Programa conseguimos trazer o Serra para cá. Como isso é política, a comunidade aproveitou para pedir o que acha falta’. (...) ‘ Uma das consequências de se implantar um programa desse porte que envolve duas grandes regiões de São Paulo, um grande número de jovens e parcerias, é justamente essa mobilização da comunidade, E é a mobilização do povo que traz os holofotes para lugares que antes não chamavam tanta atenção assim do poder público’. Sem dúvida, para compreendermos o novo campo socioassistencial, fatos como o noticiado devem ganhar prioridade. O ‘beco’ foi ‘revitalizado’, razão da alegria dessa gente e justificativa para a presença do prefeito. Compensados de madeira, devidamente coloridos e adornados com flores em vasos de garrafas pet foram confeccionados e distribuídos pelos jovens ao longo do caminho que leva o visitante para o ‘beco’. Mal se vê o esgoto a céu aberto por trás da parede de compensados. (...) Nada de palavras de ordem, nem sequer os velhos recursos de constrangimento e pressão sobre o Prefeito que se transforma doravante em convidado da comunidade. Para alguns, astúcia dos oprimidos; para outros, signo de uma ingável metamorfose política. Comportamento que, nas palavras da tecnocracia do Banco Mundial, expressaria os ares democráticos pós-88. ‘ Do confronto á colaboração’, eis o nome do suposto deslocamento político em direção à maturidade democrática da Nação ”¹⁹

¹⁹ In Ota, Nilton K. O Poder como Linguagem e Vida: formalismo normativo e irrealidade social. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de pós graduação em sociologia da USP. FFLCH, São Paulo, 2010, p. 251

Situação 4

O Instituto Pombas Urbanas lhe convida a participar do Programa "Empreendedores de Cidade Tiradentes e Região". O evento promovido pelo Sebrae SP, oferece palestras e cursos gratuitos de empreendedorismo na área cultural, objetivando o desenvolvimento e o aprimoramento das gestões do setor cultural do bairro. O evento vai acontecer no Centro Cultural Arte em Construção, sede do Instituto Pombas Urbanas. Cursos: investimento cultural e mercado cultural²⁰.

Situação 5

“Segundo Tempo

É um programa do Ministério do Esporte em parceria com ATRITO que tem como principal objetivo fazer a inclusão social de crianças e jovens em situação de risco, por meio de atividades esportivas, recreativas, reforço escolar e alimentar, atendimento pedagógico, médico e odontológico. O programa atende na ATRITO 6.500 crianças e jovens com idades entre 5 e 17 anos. No dia 25 de janeiro a ATRITO firmou uma nova parceria com o Ministério do Esporte na qual ampliou o atendimento para 25.000 crianças e jovens. Com a nova parceria a ATRITO está implantando em outros bairros e municípios núcleos do programa Segundo Tempo.

Projeto Guri – Pólo ATRITO

Inaugurado no bairro Cidade Tiradentes em agosto de 2005, em parceria com a Associação Projeto Guri e a Secretaria de Estado da Cultura, o Projeto Guri – Pólo ATRITO desenvolve por meio da música habilidade e potencialidade de crianças e adolescentes de áreas culturalmente carentes, reconhecendo esta arte como agente de fortalecimento na construção da cidadania. O projeto atende na ATRITO crianças e adolescente com idades entre 8 e 18 anos. As vagas são gratuitas e isentas de seleção para o ensino musical de instrumentos de cordas, sopros, percussão convergindo para a formação de orquestra e formação de coral. A ATRITO está formando em seu pólo um coral e uma orquestra composta por 350 crianças e jovens da comunidade. Projeto Guri foi criado pela Secretaria de Estado da Cultura em 1995. Possui atualmente 111 pólos

²⁰ Sítio www.institutopombasurbanas.com.br consultado em 3 de janeiro de 2010

*implantados em todo o estado de São Paulo que beneficia 23 mil crianças e adolescentes.*²¹

As situações brevemente sumarizadas acima apontam para a importância e para as múltiplas situações em que se imbricam novos projetos culturais – com maior ou menor presença dos programas de financiamento estatal e suas parcerias no chamado novo campo sócio assistencial. Com exceção da situação 3, retirada de uma tese de doutoramento que se volta para as questões aqui apontadas, todas as demais são provenientes de incursões em campo e de um mosaico de situações, práticas, associações cuja presença nos territórios da precariedade são cada vez mais significativas.

Durante um conjunto de visitas a bairros da fronteira leste de São Paulo, realizadas durante os últimos anos, alguns elementos começaram a se conformar de modo muito evidente em meio a muitas transformações em curso nas periferias da cidade. Uma delas traz a marca de situações aparentemente ambíguas que podem ser apuradas tanto no âmbito das práticas como no âmbito de discursos relativos à pobreza, às suas modulações e variações, conformadas de modo fragmentado em públicos-alvo, discriminadas por programas – os jovens, infância e adolescência, as mulheres, os idosos, etc²². Salta aos olhos um conjunto de iniciativas que constituem atores, práticas e discursos, provenientes ou não dessas camadas de população: associações de origem popular, institutos empresariais, fundações, Organizações Sociais, Organizações Não Governamentais, Cooperativas e programas de incentivo ao empreendedorismo e ao empreendedorismo social ou cultural, etc. Entretanto, o que ganha relevo e densidade nesse conjunto de elementos, para além da terceirização da gestão e da questão social apontada pela literatura, é o acoplamento crescente entre programas sociais e programas culturais – orquestras, corais, formação de jovens, artes do espetáculo, grupos de hip hop, oficinas de todos os matizes e de todas as artes, além das

21 Cf site da associação, extraído de A periferia dos direitos, Georges, I. E Rizek, C. S., ANPOCS, Caxambu, 2008. Nesse texto a imbricação entre as atividades culturais e de geração de renda por meio do trabalho supostamente associado na cooperativa é alvo de análise mais minuciosa.

22 Também é muito significativo que o discurso dessa divisão por públicos-alvo das atividades propostas esteja fortemente incorporado tanto nas políticas de combate à pobreza, quanto pelos programas desenvolvidos em parcerias com OSCIPS e ONGs quanto nas falas dos atores desses bairros e localidades. A conformação dessas modulações e dessa conformação dos segmentos da pobreza parece ter sofrido uma larga naturalização

iniciativas que imbricaram cultura e programas de geração de emprego e renda e dos já bastante disseminados programas de ensino de informática.

Mais do que isso, pode-se ainda verificar que um conjunto de dispositivos dessa natureza acaba constituindo um território movediço em que ora o cultural é utilizado como meio de constituição desses “protagonismos” que se espraiam pelo tecido urbano periférico e pelas favelas e “comunidades” vulneráveis, ora as práticas estimuladas e revestidas por dimensões crescentemente institucionalizadas, são utilizadas como exemplo desse protagonismo da pobreza, formas de exercício cidadão, estímulos para a “auto estima” e, finalmente, meios de impedir a “entrada para a criminalidade, drogas”, etc. Desse modo, se essas instâncias e dimensões forem pensadas como dispositivo, inclusive por sua dimensão de positivação, as ambigüidades apreendidas de modo mais imediato se desvanecem. Esse acoplamento entre o cultural e o social não se encontra no terreno movediço das ambigüidades porque se constitui em dispositivo de gestão, de constituição e reconstituição de territórios, subjetividades e áreas de tangência entre as formas de gestão e as dimensões associativas. Essa talvez seja uma hipótese plausível para pensar a natureza dessas iniciativas sociais e/ou culturais, seus atores e suas práticas. Seria possível afirmar que está em curso um modelo homogeneizador de gestão sócio-cultural da pobreza, apoiado em práticas empresariais que se desdobraram em práticas culturais e sócio assistenciais? Em quais desdobramentos ele implicaria, não apenas para as populações-alvo, mas para atores e práticas vinculadas à produção das artes e da cultura, bem como para um conjunto de trabalhadores sociais às voltas com a formulação, diagnóstico, projetos e avaliação dessas práticas?

A questão foi, em parte, já tematizada anteriormente²³. por alguns dos resultados de investigações sobre situações periféricas em São Paulo, em especial em pesquisas que dizem respeito ao trabalho associado, a situações de trabalho em cooperativa que, a propósito também se mesclam e se legitimam por um conjunto de programas de cunho sócio cultural. Nessa literatura, um conjunto de elementos de aparente ambigüidade

23 Ver Rizek, C. S. Verde, amarelo, azul e branco – in Hegemonia às Avessas – Ruy Braga e Francisco de Oliveira (orgs) Boitempo Editorial, São Paulo, 2010 e Geoges, I. e Rizek, C. S. – A periferia dos direitos – texto apresentado ao Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 2008.

comparecem como marcas distintivas das práticas e discursos passíveis de serem encontrados pelos bairros mais pobres das periferias urbanas. São situações de indistinção, modulações da indeterminação entre desenhos e formatos que misturam associações, cooperativas, ongs, dispositivos característicos do trabalho de assistência, todos marcados (ou que buscam se caracterizar a partir desses traços distintivos) por formas empresariais de gestão, por um lado, e, por outro, pela forte presença de elementos morais de justificação e legitimação²⁴. As ambigüidades que parecem ser uma característica desse campo, são constitutivas desses novos modos de ação que redesenham a questão social e acabam por ratificar e produzir o pressuposto em que estão enredados: uma suposta ineficiência, burocratização e lentidão da ação estatal no combate à pobreza e à “exclusão social” e/ou – e isso se configura como elemento novo – a mediação “indispensável” porque imbricada na própria concepção dos programas de distribuição de renda nas suas múltiplas formas de associações entidades das mais diversas extrações – dos centros de referência e assistência social até fundações religiosas, associações de inspiração religiosa ou associações populares. Essas dimensões associativas e/ou de base religiosa são ainda dispositivos cujo caráter de controle e poder não devem ser percebidos e tampouco enunciados. Tudo muito bom e muito virtuoso, ocupando, entretendo constituindo e forjando identidades revestidas pelo manto do empreendedorismo e da cultura como negócio e mercado.

Assim essa disseminação virtuosa de práticas culturais e identitárias, mescladas pelas formas e programas de combate à pobreza pode ser verificada em territórios que se desenham como “territórios culturais” pelas periferias e favelas das grandes cidades. Como modo de valorizar as dimensões culturais, terreno em que as virtudes e o “protagonismo” dos públicos-alvo são aparentemente ratificados e confirmados, a cultura e o “trabalho artístico” - devidamente investidos de um manto pedagógico - se transformaram em práticas freqüentes e quase obrigatórias que perpassam as “comunidades” periféricas e vulneráveis. Sobram oficinas de todos os tipos no trinômio constituído pelo diagnóstico, pelo projeto e pelas atividades de avaliação. É sobretudo importante notar que alguns dos atores que essas práticas constituem são curiosamente as mesmas entidades de caráter e natureza empresarial que se encarregam de fazer funcionar serviços como hospitais e postos

24 Ver a esse respeito Becker, H.- Outsiders. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 2008

de saúde, supostamente de forma mais “ágil” e menos burocrática que os expedientes estatais²⁵. Esses limites fluidos entre o terreno do social, pensado como inclusão/inserção e do cultural visto como campo do protagonismo das “comunidades”, acaba por se desdobrar em uma nova forma de indistinção, que assimila a produção das artes e da cultura às dimensões sociais de combate à pobreza e à disciplinarização da vida, produzindo novos modos de administração, financiamento e controle tanto das populações alvo de programas, modos de organização e formas de inclusão como da produção e reprodução das artes, transformadas em possibilidade de expressão, pacificação, estímulo e auto confiança das populações em condições precárias de vida. Por outro lado, ONGs, OS, associações de todos os tipos, grupos e coletivos de arte são, ao mesmo tempo, gestores e alvos dessa nova forma, que constituiu novas fronteiras e campos de atuação, modos de empresariamento e de engajamento, modulações de um mercado e de um uso do trabalho que acabaram por se conformar em verdadeiros laboratórios de flexibilidade e hiperflexibilização onde se experimentam e se consagram formas como o trabalho voluntário, o trabalho associado em cooperativas, o trabalho terceirizado ou subcontratado e finalmente, em especial no campo das artes, o trabalho gratuito – que se traduzem em agenciamentos e em dispositivos que dão contorno e visibilidade ao fenômeno que se pretende flagrar a partir dessas dimensões.²⁶

Também importa ressaltar que esse terreno sócio assistencial conforma um conjunto de categorias e um vocabulário que acabou por se colar a esses objetos de nomeação. São o produto de um conjunto de objetivações, mensurações, deslizamentos que foram produzindo um vazio em torno dos sentidos e dos horizontes que se originaram pela procura, ou pela abordagem crítica que ganhava substância pelo uso do léxico e da gramática da cidadania e da chamada “elaboração cidadã”. Esse léxico, essa linguagem dos direitos deslizou fortemente criando um vácuo entre seus sentidos e lutas, que chegaram

25 Ver por exemplo, as parcerias entre o Estado e Organizações Sociais que estão presentes tanto no Festival de Inverno de Campos de Jordão e na Virada Cultural, como na oferta de serviços de saúde por meio da terceirização de Hospitais Municipais.

26 Essa idéia tem como origem a pesquisa de Liliana Segnini. A ela devo a menção à obra Retrato do Artista enquanto trabalhador de Pierre Michel Menger, Roma Editora, Lisboa, 2005. Esse autor constrói a idéia de que as artes e o trabalho artístico se constitui como laboratório de flexibilização. Estou aqui utilizando a idéia de dispositivo mais do que a idéia de laboratório. A respeito dessa noção ver G. Agamben, O que é o contemporâneo. Argos, Porto Alegre, 2009. A esse respeito ver também Rizek, C. S. – O Artista: trabalhador e cidadão, in Rumos da Dança – Itaú Cultural, 2010, no prelo. A respeito do trabalho em ONGs ver também Sara da Silva Freitas – Nos labirintos da participação: um estudo de caso de uma ong do campo democrático participativo. Dissertação de Mestrado, FFLCH, 2009 e Da lupa ao Telescópio – Caio Santoamore de Carvalho, dissertação de mestrado, FAU USP, 2007

mesmo a se consolidar em leis e direitos formais e a experiência concreta da vida precária. Da linguagem e nomeação dos direitos e da luta pela cidadania e seus sentidos, desliza-se para um modo de nomeação que perpassa as entidades e atores do “mercado do bem” – institutos, fundações, organizações não governamentais de múltiplas origens - bem como as instâncias que constituem o aparelho de Estado, nomeação e categorização que encontram eco e suporte na elaboração do discurso acadêmico²⁷. Proliferam no lugar dos direitos e de sua enunciação, os protagonismos e empreendedorismos sociais e culturais, filtrados pelas dimensões identificadas como investimento, como mercado, como associação entre as práticas artísticas e estéticas e processos com vínculos cada vez mais naturalizados à dinâmica dos fluxos e mecanismos do dinheiro.

É possível ainda mencionar, a esse respeito, três trabalhos que apontam elementos importantes para configurar e qualificar a questão. São eles: **O Discurso do Protagonismo Juvenil²⁸**, **Governança Mundial e Pobreza – do consenso de Washington ao consenso de oportunidades²⁹** e **O poder como linguagem e vida: formalismo normativo e irrealidade social³⁰**. Nesses trabalhos, pode-se confirmar a transversalidade de um discurso a respeito da pobreza ou, no primeiro caso, dos seus supostos protagonismos. Esses discursos e modos de nomeação se consolidam, pelo menos aparentemente, como uma forma de conhecimento e reconhecimento objetivado daquilo que se nomeia, desdobrando-se em fraseado, conceituações, dimensões teóricas que acabam por ganhar validação da literatura acadêmica, em especial no discurso e na linguagem das ciências sociais. Além disso, essa transversalidade que perpassa as organizações multilaterais, o terceiro setor, crescentemente o Estado e seus técnicos, o discurso acadêmico em seus desdobramentos, permite reconhecer autores, seus modos de espraiamento, conformando e assimilando um consenso que perpassa um conjunto muito múltiplo de diverso de instituições do Estado, bem como as “entidades parceiras” – tanto as que se ancoram em fundações do terceiro setor quanto as que tiveram origem em associações e lutas populares.

27 Ver a respeito de uma ciência social da adaptação ao real positivizado, bem como à questão dos modos de nomeação da pobreza - Anete Leal Ivo Viver por um fio: Pobreza e política social, Annablume, CRH UFBA, 2007.

28 Souza, R. M., O protagonismo juvenil, Paulus, São Paulo, 2008

29 Silva, Tatiana Gomes Maranhão, Governança mundial e pobreza – do consenso de Washington ao consenso de oportunidades, Tese de doutoramento, FFLCH USP, 2009

30 Ota, Nilton Ken – O poder como linguagem e vida: formalismo e irrealidade social. Tese de doutoramento, FFLCH, 2010

Também é bastante significativo que esses dispositivos impliquem em desenhos institucionais e relações bastante marcadas por vínculos de emprego e de trabalho precários, como de resto parte significativa das ONGs. Assimilados como Pessoas Jurídicas, aglutinando técnicas e competências bastante múltiplas e muitas vezes pueris³¹, essas instituições e seus trabalhadores, eles também vistos como protagonistas e como colaboradores, cuja subsistência também passou a ser dependente da lógica, do funcionamento e do financiamento de projetos, mapeiam e contabilizam a pobreza segmentada em públicos-alvo, estendendo a eles seu controle e gestão, encobertos pelas metas de inclusão social, por meio de mecanismos que finalmente foram assimilados ao espectro do empresariamento e do seu vocabulário, práticas e discursos. Desse ponto de vista, é interessante verificar o modo como a assimilação de um leque de formas e de modos de inserção acaba por ganhar validade e legitimidade e como esse empresariamento da pobreza acaba por criar um vazio entre a formalização dos direitos, de um lado, e sua ineficácia, por outro.

Nesse espectro de questões e dimensões cabe ainda assinalar dois elementos: de um lado, trata-se de coletivos de arte que atuam nas periferias e favelas em busca de inserção social por meio de atividades de produção e consumo cultural³², em geral enfatizando o chamado “protagonismo juvenil” e que se aproximam, por meio dessas práticas, das alas e/ou

31 Para uma descrição dessas técnicas ver Ota, N. K. op. Cit.” Daí o valor das técnicas de modelação de situações coletivas intencionalmente artificiais para que uma desreferencialização estimule, em cada indivíduo, a percepção unívoca do contexto do jogo. As ‘dinâmicas’ e todos os aparatos que as acompanham possuem essa finalidade. A irrealidade tem, aqui, uma função prática muito clara. Como abstração máxima de um contexto social, ela obedece aos princípios de redução formal do controle entrado na linguagem (...) O consentimento daí resultante é expressão da irrealidade em ato, a grande proeza das ‘oficinas’.

p.230. “Na pior das hipóteses, esse processo foi criticado a partir do aspecto infantil das ‘oficinas’ ou de sua superficialidades pedagógicas. A razão de sua eficácia pertence a uma jurisdição do espaço vazio aberto pelos procedimentos práticos de redução formal do contexto social e das respectivas significações, acordadas na interação simbólica entre os concernidos, Essa mesma jurisdição vigora em outras áreas do novo campo socioassistencial.” P. 231

32 Alguns dados permitem que se vislumbre o crescimento do fenômeno do financiamento privado por meio de parcerias e editais. Ver www.cultura.gov.br/apoio_a_projetos -consulta em setembro de 2009. Dados do Ministério da cultura apontam para um crescimento do Fundo Nacional de Cultura que salta de 16 milhões de reais em 1996 para 138 milhões de reais em 2006. Assim também os índices relativos aos recursos investidos via mecenato cresceram de R\$ 160 milhões de reais, em 1996 para R\$ 875 milhões de reais em 2006. Além disso os incentivadores de projetos culturais por meio da Lei Rouanet passam de 43, em 1994 para 13.875 em 2008. Ganha destaque entre essas cifras a participação da Petrobrás cujos incentivos somam 16% do total de recursos investidos via mecenato em 1996 (R\$ 17.845.615,30) para 26% desse total em 2006 (R\$ 220.365.367,71) Em um contexto de políticas que reforçam a importância política do mercado, o Estado transfere recursos públicos para as grandes corporações e são elas que definem as diretrizes da relação entre arte, política e mercado. Esses mecanismos são em tudo semelhantes às isenções fiscais relativas ao trabalho social em torno do “combate à pobreza”.

parcelas de jovens de partidos e sindicatos e de suas proposições. Por outro lado, em busca de contrapontos, pretende-se apreender um conjunto de outras práticas – neste caso de grupos de teatro ou de dança que, por sua anterioridade, por seu caráter paradigmático e pela importância de suas experiências, se envolveram na luta e na reivindicação pelas leis de fomento público e que, por meio delas, também ensejaram iniciativas e constituíram públicos, instituindo novas relações com a cidade, em particular a cidade de São Paulo, ainda que algumas das experiências mais significativas possam ser encontradas em favelas cariocas como a Maré³³. Esse contraponto pode ser interessante, à medida que seja possível flagrar tanto as articulações e acoplamentos entre o social pensado como tecnologias de controle e de gestão, quanto outras conformações relativas à produção e consumo estéticos em seus desdobramentos vistos como democratização e inscrição na cidade ou mesmo como pesquisa estética, manutenção e elaboração de sua própria produção.

Considerações finais

Esse texto tem ainda caráter inicial e bastante provisório, como uma primeira incursão no terreno movediço que vincula gestão social e práticas culturais nos territórios precários da cidade de São Paulo. Esse terreno movediço é um constituído por relações entre instituições e modos de desenvolvimento do chamado trabalho social e práticas culturais, resultantes de parcerias entre Organizações Sociais, Organizações não governamentais, Estado em suas várias instâncias e dimensões, na constituição de um campo sócio assistencial que confere à pobreza novas nomeações, investindo-a de práticas e discursos bastante consensuais. Trata-se de uma pobreza adaptável, vista como objeto de acomodação e pacificação, mas sobretudo uma pobreza que passa a ser alvo e objeto de empresariamento – tanto por sua inserção no mercado, como em sua face aparentemente livre das injunções desse mesmo mercado. Desse ponto de vista, pretendeu-se começar a problematizar práticas e instituições como expedientes e dispositivos que, pelo acoplamento entre as práticas culturais e sociais, operam nas áreas vulneráveis da cidade de

33 A esse respeito cabe mencionar a Cia de Dança Lia Rodrigues e sua experiência no Complexo da Maré. Trata-se da elaboração de espetáculos de dança contemporânea distantes das dimensões puramente assistenciais. Quando perguntada sobre a origem de seus bailarinos, na busca da identificação daqueles oriundos das favelas da Maré, a diretora retrucou: não vou responder porque não importa. O que importa é o espetáculo Pororoca. Trata-se então de delimitar um outro terreno de práticas culturais.

São Paulo, em especial nas periferias da área leste, onde, inicialmente, ao menos, esses fenômenos já foram flagrados, ainda que não tenham sido mapeados ou analisados mais profundamente.³⁴

Uma última observação pode ainda merecer destaque. Trata-se da viva coexistência entre programas culturais e sociais e a presença de práticas e atividades marcadas pela ilegalidade. Onde quer que se verifique a presença significativa das atividades culturais e artísticas como forma de inclusão social, o que se observa é antes uma justaposição entre os mercados ilegais e as formas de violência mais significativas a eles vinculadas do que uma substituição dessas práticas pelas práticas artísticas e culturais. O gerente de uma associação de Cidade Tiradentes, interrogado sobre essa justaposição afirmou: “ Afinal os traficantes também querem o melhor para os seus filhos”. Também não são incomuns os relatos de intermediação entre os patrões do tráfico, os negócios de bicas e biqueiras e as atividades do campo sócio assistencial. Desse ponto de vista, talvez caiba o que Vera Telles descreveu como uma sociabilidade que se desenvolve nas dobras do legal e do ilegal, que constituem origamis em que não existem mais clivagens claras entre direito e avesso, lei e transgressão, controle e, ainda que de difícil apreensão, formas de conflito e de ação.³⁵

Bibliografia

Abramo, H. W. – **Cenas Juvenis**, Página Aberta, São Paulo, 1994

Agamben, G. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*, UFMG, Belo Horizonte, 2002

_____ - **O Estado de Exceção**, Boitempo Editorial, São Paulo, 2004

Agamben, G. **O que é o contemporâneo**. Argos, Porto Alegre, 2009

Alsayyad, N. e Roy, A. . *Modernidade Medieval, Cidadania e Urbanismo na Era global*, **Novos Estudos Cebrap**, 85.

³⁴ Ver A periferia dos direitos, op. cit

³⁵ Cf. Telles, V. S. Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. In Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, IFCS-UFRJ

- Bourdieu, P. – **O Poder Simbólico**, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1998
- Becker, H.- **Outsiders**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 2008
- Telles, V. S. e Cabanes, R – **Nas Tramas da Cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**, Humanitas, São Paulo, 2006
- Telles, V. S. – *Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade* in **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, IFCS _ UFRJ, 2009
- Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade*. In **Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** Nucleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, IFCS-UFRJ ,
- _____ - **A Cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Argumentum, Belo Horizonte, 2010
- Cabanes, R. e Georges, I. – **São Paulo: la ville d'en bas**. L'Harmattan, Paris, 2009.
- Castel, R. **As metamorfoses da questão social**. Vozes, Petrópolis, 1999
- Feltran, G. S. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**, tese de doutoramentos, UNICAMP, 2008
- _____ - *Introdução*. Lua Nova, 2010, n. 79
- Foucault, M. - **Em Defesa da Sociedade**. Martins Fontes, São Paulo, 2006
- Foucault, M. – **La Naissance de la Biopolitique**, Gallimard/Seuil, Paris, 2004
- Oliveira, F. – **Crítica da Razão Dualista – O Ornitorrinco** – Boitempo editorial, São Paulo, 2003
- _____ e Rizek, C. S. – **A Era da Indeterminação** – Boitempo Editorial, São Paulo, 2006
- Rizek, C. S. – **O Artista: trabalhador e cidadão**, in **Rumos da Dança** – Itaú Cultural, 2010, no prelo.
- _____, Georges, I, Freire, C. – *Trabalho e Imigração: uma comparação Brasil /Argentina*. Lua Nova, n. 79, 2010
- _____ - *A periferia dos direitos*. Texto apresentado ao Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 2008.
- Segnini, Liliana – **Relatórios de pesquisa e resultados apresentados no Itaú Rumos da Dança**, São Paulo, 2010
- Souza, R. M. **O Protagonismo Juvenil**, Paulus, São Paulo, 2008

Silva, Tatiana Gomes Maranhão, **Governança mundial e pobreza – do consenso de Washington ao consenso de oportunidades**, Tese de doutoramento, FFLCH USP, 2009

Ota, Nilton Ken – **O poder como linguagem e vida: formalismo e irrealidade social**. Tese de doutoramento, FFLCH, 2010

Ivo, Anete, L. - **Viver por um fio: Pobreza e política social**, Annablume, CRH UFBA, 2007.

Kowarick, L. **Viver em Risco**. Editora 34, São Paulo, 2009

Misse, Michel - “As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio.”, **Contemporaneidade e Educação**, V. 1, Nº 2, 1997

Sennet, R. – **A Cultura do Novo Capitalismo**. Record, Rio de Janeiro, 2008

Jameson, F. **A Cultura do Dinheiro – ensaios sobre a globalização**. Editora Vozes, Petrópolis, 2001